



ANEEL QUASE DOBRA PROJEÇÃO DE AUMENTO DA CONTA DE LUZ EM 2025

A Aneel elevou para 6,3% a projeção de aumento médio na conta de luz dos brasileiros em 2025. A nova estimativa é quase o dobro da anterior, feita em março, quando a agência esperava alta de 3,5%. A alta, segundo a agência, foi provocada pela elevação de gastos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) que custeia subsídios e o custo de geração de energia em sistemas isolados da rede de transmissão.

A agência afirmou que a nova projeção considera o orçamento aprovado para a CDE em julho, de R\$ 49,2 bilhões. O valor supera em R\$ 8,6 bilhões a projeção inicial feita pela Aneel, com aumentos principalmente nos subsídios à geração dis-

tribuída de energia (mais R\$ 2,6 bilhões) e a usinas a diesel e carvão (R\$ 2,3 bilhões).

Houve alta também na projeção de gasto com o rateio da tarifa social de energia, que ficou R\$ 1,1 bilhão mais alto com a isenção da conta de luz à baixa renda implantada pela MP 1.300, editada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em junho. O governo espera compensar esse feito com a redução dos subsídios a renováveis e a abertura do setor à competição.

O orçamento da CDE para 2025 é 32% superior ao verificado em 2024, pressionado principalmente pelos descontos a renováveis: alta de R\$ 3,8 bilhões em subsídios a grandes projetos de energia incentivada e alta de R\$ 2 bilhões no rateio

de descontos dados a quem tem painel solar em casa.

O impacto da alta da CDE varia por região e tipo de consumidor, diz a Aneel. Para consumidores cativos, aqueles que são atendidos pelas distribuidoras de energia, o efeito médio nas tarifas de energia será um acréscimo de 3,85% no Norte e Nordeste e de 5,76% no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

"Esse efeito já foi parcialmente observado em revisões e reajustes [nas tarifas das distribuidoras] realizados no primeiro semestre, embora as tarifas calculadas no período precisem ser recalibradas para corresponder ao valor final do encargo", afirmou a agência no boletim Info Tarifa de agosto. Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Brasil argumenta na OMC que tarifaço é inconsistente com obrigações dos EUA

Motta diz não haver clima para anistia ampla e fala da gravidade de plano para matar autoridades

Moraes fala em 'erros e acertos' e destaca colegiado do Judiciário em evento sem Tarcísio

Brasil assina memorando de cooperação com China e Rússia em meio a tarifaço



Banco Central vai regulamentar Pix parcelado em setembro, diz Galípolo



NO MUNDO

Ucrânia terá de ceder território para Putin, insiste Trump



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta segunda-feira (11) que a paz na Ucrânia que ele discutirá pessoalmente com Vladimir Putin passa por concessões territoriais. "Deve haver troca de territórios", afirmou.

Falando sobre a cúpula com o russo, que ocorrerá na sexta (15) no Alasca, o republicano voltou a indicar que seu pêndulo no conflito voltou para o lado da visão de Moscou. Ele se referiu de forma reverencial à Rússia e demonstrou irritação com o presidente Volodimir Zelenski.

O ucraniano elogiou a pressão aplicada nas últimas semanas por Trump sobre Putin, mas tem criticado o fato de a cúpula

não o envolver. Disse nesta segunda que os russos estão "ganhando tempo" e descartou ceder terra a eles, que tomaram a Crimeia sem guerra em 2014 e invadiram o vizinho oito anos depois.

O americano havia sugerido que isso seria inevitável, na semana passada, e repetiu a formulação nesta segunda na Casa Branca. Disse que deveria haver concessões russas também, mas o fato é que isso se refere a devolver territórios ocupados na Ucrânia -as áreas com tropas russas fora das regiões que não anexou ilegalmente em 2022 são candidatas a isso.

Zelenski ocupou por oito meses uma fração mínima de Kursk, no sul da Rússia, mas foi expulso. Assim, ele só terá sua própria

terra para entregar numa barganha que hoje é vista como inevitável, apesar dos protestos em Kiev e capitais europeias.

Trump disse que "por respeito" irá falar com o ucraniano antes de encontrar-se com o russo. Na quarta (13), a União Europeia fará uma teleconferência de líderes do continente com o americano e com Zelenski, visando emprestar seu apoio a Kiev.

O republicano disse que "os líderes europeus 'overdosaram' da Ucrânia, querem gastar seu dinheiro em seus países", afirmou. Voltou a dar números tortos acerca da ajuda americana a Kiev no que chamou de "guerra de Joe Biden", referência a seu antecessor democrata.

Igor Gielow/Folhapress

Grande incêndio no monte Vesúvio fecha acessos de turistas na Itália

Bombeiros continuam a combater nesta segunda-feira (11) um incêndio nas encostas do monte Vesúvio. O fogo espalhado pelo parque nacional que envolve o monte obrigou o fechamento de acessos ao vulcão usados por turistas próximo de Nápoles, no sul da Itália.

O incêndio devasta o parque nacional desde sexta-feira (8), e as equipes de bombeiros mobilizaram 12 patrulhas além de 6 aviões. A corporação também solicitou a ajuda de agentes de outras regiões italianas para colaborar com as operações.

"Por razões de segurança e para facilitar as operações de combate ao incêndio e limpeza nas áreas afetadas, todas as atividades na rede de trilhas do Parque Nacional do Vesúvio estão suspensas até novo aviso", anunciou o parque no sába-

do (9) em um comunicado.

O governo italiano chegou a decretar estado de mobilização nacional para combater ao incêndio. A decisão foi anunciada pelo ministro da Defesa Civil do país, Nello Musumeci.

"Com a assinatura do decreto, estamos capacitando nosso Departamento Nacional a garantir a coordenação da intervenção do Serviço Nacional de Defesa Civil em apoio às autoridades regionais, com o objetivo de contribuir para o combate a eventos extremos, inclusive com a assistência de pessoal e recursos de outras regiões", disse ele.

Cerca de 620 mil pessoas visitaram a cratera do vulcão em 2024, segundo estatísticas do parque.

A fumaça do incêndio era visível, neste domingo, do sítio arqueológico de Pompeia, próximo do local, que permaneceu aberto aos turistas.

Folhapress

Pré-candidato da Colômbia morre 2 meses após atentado; pressão sobre Petro cresce a menos de um ano de eleições



O senador da Colômbia Miguel Uribe Turbay, 39, morreu nesta segunda-feira (11), após ter sido vítima de um atentado em um comício em Bogotá no dia 7 de junho. A informação foi confirmada por sua mulher em publicação nas redes sociais.

Pré-candidato à Presidência no pleito do próximo ano, o político de direita foi baleado e estava internado em estado grave em um hospital após passar por cirurgias na cabeça e na perna. Desde então, seu estado de saúde oscilou, com uma piora no quadro nos últimos dias. No dia 11 de junho, os médicos chegaram a detectar sinais de melhora, mas, dias depois, o

político teve de ser submetido a um procedimento de emergência devido a uma "hemorragia intracerebral aguda". Neste sábado (9), ele havia voltado ao estado grave por causa de uma nova hemorragia no sistema nervoso central, segundo a Fundação Santa Fé de Bogotá, onde estava internado.

A morte de Uribe trouxe à tona um fantasma antigo da Colômbia: os violentos assassinatos de políticos e presidenciáveis que levaram pânico à população nas décadas de 1980 e 1990.

O senador era, inclusive, filho da jornalista Diana Turbay, que foi mantida refém por um grupo ligado ao cartel de Medellín e morta na tentativa de resgate, em 1991 -a história é

relatada no livro "Notícia de um Sequestro", de Gabriel García Márquez (1927-2014). Uribe era neto do ex-presidente Julio César Turbay Ayala, que governou a Colômbia de 1978 a 1982, e fazia parte do Centro Democrático, principal partido de direita e liderado pelo influente ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010) -apesar do mesmo sobrenome, eles não eram parentes.

O atentado também carrega um peso político e simbólico que coloca sob pressão o atual presidente, Gustavo Petro, o primeiro político de esquerda a governar os colombianos. Uribe era crítico ferrenho de Petro. Opositores acusam o líder esquerdista de radicalizar o país.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Brasil argumenta na OMC que tarifaço é inconsistente com obrigações dos EUA



O governo Lula argumentou que o tarifaço imposto pelos EUA contra o Brasil é inconsistente com obrigações assumidas pelos americanos no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), entre eles o teto tarifário da entidade e um princípio de não discriminação entre países.

Em 6 de agosto, o Brasil acionou os EUA na OMC contra as tarifas recíprocas aplicadas em abril e contra a sobretaxa de 40% anunciada por Donald Trump em julho -o que deixou o país com um índice de 50%, um dos maiores do mundo.

A OMC publicou nesta segunda (11) a carta na qual o Brasil pede consultas à missão dos EUA na OMC, o

primeiro passo da ação.

Na prática, o governo Lula argumenta que o tarifaço americano descumpre três regras do sistema internacional de solução de disputas comerciais.

Primeiro, viola a cláusula da nação mais favorecida, pela qual eventuais vantagens comerciais que um país confere a um sócio deveriam ser estendidas aos demais parceiros.

"[...] ao isentar certos parceiros comerciais dos EUA da aplicação de tarifas adicionais, enquanto impõem essas tarifas adicionais a determinados produtos brasileiros, os Estados Unidos deixam de estender imediata e incondicionalmente aos produtos do Brasil uma 'vantagem,

favor, privilégio ou imunidade' concedida pelos Estados Unidos 'no que diz respeito a direitos aduaneiros e encargos de qualquer natureza impostos sobre ou em conexão com' a importação de produtos similares originários do território de outros membros da OMC", diz o governo Lula na carta.

Outro ponto questionado pelo governo Lula é que, ao aplicar uma sobretaxa de 50% sobre o Brasil, os EUA extrapolam o nível tarifário que eles mesmos tinham se comprometido a respeitar na OMC.

Por último, o Brasil aponta que os EUA não recorreram ao rito de solução de controvérsias da OMC para lidar com suas queixas comerciais com o Brasil. Folhapress

Brasil assina memorando de cooperação com China e Rússia em meio a tarifaço



Foi publicado no DOU (Diário Oficial da União) desta segunda-feira (11), dois memorandos de cooperação do Brasil com a China e a Rússia, que permitem avanços em áreas estratégicas de finanças e economia.

Os documentos foram assinados em 3 de julho de 2025, no Rio de Janeiro, mas publicados em meio às tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos a determinados produtos brasileiros.

A iniciativa com os chineses permite que os países "estabeleçam sinergias estratégicas entre as estratégias brasileiras de desenvolvimento, como a NIB (Nova

Indústria Brasil), o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o Plano de Transformação Ecológica e o Programa Rotas da Integração Sul-Americana e a Iniciativa Cinturão e Rota, para impulsionar a atualização e o melhoramento da qualidade da cooperação entre os dois países".

Além disso, o memorando destaca o compromisso de "expandir e aprofundar a cooperação programática" e reforça o papel da COSBAN (Comissão Brasileiro-Chinesa de Alto Nível), com foco em "ações concretas para propiciar a criação de um mecanismo internacional voltado à proteção e

preservação das florestas tropicais".

Já o memorando com os russos estabelece um "Diálogo Econômico e Financeiro bilateral regular" para promover cooperação em áreas como "políticas macroeconômicas, desafios econômicos, cooperação tributária, financiamento de infraestrutura e fortalecimento da cooperação multilateral no âmbito dos BRICS e do G20".

O texto ressalta que as partes atuarão com base nos princípios de "igualdade, benefício mútuo, confiança mútua firme, abertura, inovação, justiça, equidade e respeito à soberania". CNN

Mercado reduz expectativas de inflação para 5,05% em 2025

Pela 11ª semana seguida, o mercado financeiro reduziu as expectativas de inflação para 2025. Atualmente, as projeções apontam que o ano fechará com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – em 5,05%, percentual inferior aos 5,07% projetados há uma semana; e aos 5,17% projetados há quatro semanas.

É o que mostra o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (11) pelo Banco Central.

Para 2026, as expectativas de queda da inflação se mantêm há quatro semanas, quando chegou a 4,5%. Atualmente, o IPCA projetado para o ano que vem está em 4,41%; e para 2027, em 4%.

Apesar de uma melhora nas expectativas relacionadas à inflação, a estimativa para 2025 continua acima do teto da meta de inflação a ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. O limite inferior, portanto, é 1,5%; e o superior, 4,5%.

Mesmo com a desaceleração inflacionária dos últimos meses, o índice acumulado em 12 meses alcançou 5,35%, ficando pelo sexto mês seguido acima do teto da meta de até 4,5%.

Esse período de seis meses acima de 4,5% configura estouro da meta pelo novo regime adotado em 2024. Cada vez que isso acontece, o presidente do BC tem que divulgar, por meio de carta aberta ao ministro da Fazenda, que preside o CMN, a descrição detalhada das causas do descumprimento; as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos; e o prazo no qual se espera que as providências produzam efeito.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Copom) do BC. Uma das preocupações manifestadas pelo Copom é a política comercial dos Estados Unidos, algo que pode, inclusive, levar a autoridade monetária a não descartar a possibilidade de retomada de alta da Selic "caso seja necessário". Pedro Peduzzi/ABR

POLÍTICA

Motta diz não haver clima para anistia ampla e fala da gravidade de plano para matar autoridades



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou, em entrevista à revista Veja, que não há ambiente entre os deputados para uma anistia ampla, geral e irrestrita - expressão que bolsonaristas têm usado para se referir a uma medida que livre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu acusado de golpismo, de uma condenação pelo STF.

"O que eu sinto, do contato que tenho com os parlamentares, é que há uma certa dificuldade com anistia ampla, geral e irrestrita. Até porque nós tivemos o planejamento de morte de pessoas, isso é muito grave. Não sei se há ambiente para anistiar quem agiu dessa forma, penso

que não", afirmou Motta nesta segunda-feira (11).

O presidente da Câmara acrescentou ainda, porém, que a anistia "deve ser amplamente debatida" - tanto seu conteúdo como a possibilidade de ser levada para a votação no plenário.

Para que seja pautada, Motta afirmou que a anistia, assim como o fim do foro privilegiado, tem que conquistar maioria no colégio de líderes, órgão que discute o que será votado a cada semana. Há um acordo entre PL e o centrão para que as medidas sejam levadas ao plenário, mas o PT, por exemplo, se opõe.

"Quando tiver uma maioria construída, jamais essa presidência irá obstruir as pautas de votação", afirmou Motta. "O colégio de

líderes é o foro adequado, sempre procuramos trazer a pauta de consenso, como sempre foi no colégio e seguirá sendo", disse ainda, ressaltando que ele não tem "preconceito com nenhuma pauta". Na opinião dele, a tomada das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado por bolsonaristas, na semana passada, acabou fazendo com que as pautas da oposição perdessem apoio, já que "a larga maioria, mais de 400 parlamentares, não concordam com esse formato de obstrução".

Como resultado do motim, o centrão e o PL se aliaram para pressionar que a mudança de foro e uma proposta para blindar congressistas contra ações do STF sejam levadas para a votação nesta semana. Folhapress

Moraes fala em 'erros e acertos' e destaca colegiado do Judiciário em evento sem Tarcísio



Alvo do bolsonarismo por sua atuação no STF, o ministro Alexandre de Moraes afirmou, na manhã desta segunda-feira (11) durante evento em São Paulo, que qualquer ser humano é passível de erros e acertos, defendeu a atuação de órgãos colegiados do Judiciário e disse que se deve fazer um mea culpa para garantir mais segurança jurídica.

O ministro do STF discursou na abertura de um ciclo de palestras promovido pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo). O governador Tarcísio de Freitas não compareceu, apesar de ter sido convidado. Afilhado político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), contra quem Moraes determinou a prisão domiciliar na semana pas-

Haddad diz que reunião com EUA sobre tarifa foi cancelada e culpa extrema direita

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse nesta segunda-feira (11) que a reunião que ele teria na próxima quarta (13) com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, para discutir a sobretaxa de 50% imposta ao Brasil foi cancelada.

Em entrevista à GloboNews, o ministro atribuiu o cancelamento à atuação de forças de extrema direita que mantêm interlocução com a Casa Branca e citou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está nos EUA.

"De novo, a militância antidiplomática dessas forças de extrema direita que atuam junto à Casa Branca, tomaram conhecimento da minha fala, porque eu dei a público que eu ia me reunir com o Bessent na quarta-feira, e agiram junto a alguns assessores do presidente

[dos EUA, Donald] Trump, e a reunião com ele, que seria virtual na quarta-feira, foi desmarcada", disse Haddad.

"Recebemos essa informação um ou dois dias depois do anúncio que eu fiz. Em que o Eduardo, publicamente, deu uma entrevista [dizendo] que ia procurar inibir esse tipo de contato entre os dois governos, porque o que estava em causa não era questão comercial. [Ele] Deixou claro isso em uma entrevista pública", acrescentou.

O ministro reforçou que o cancelamento da agenda com o Tesouro americano ocorreu após a declaração de Eduardo. "Não há coincidência nesse tipo de coisa", afirmou. Segundo ele, a Fazenda ainda tentou remarcar a reunião para outra data, mas não houve retorno positivo nesse sentido.

Idiana Tomazelli/Folhapress



sada, ele fez outra agenda em horário semelhante com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) que também decidiu não comparecer ao evento do órgão de contas.

"Tivemos uma tentativa de golpe de Estado, no dia 8 de janeiro de 2023, e as instituições reagiram, souberam atuar dentro do que a Constituição estabeleceu. Nós realmente podemos, com erros e acertos, porque isso faz parte de qualquer instituição composta por seres humanos, elas acabam repetindo os erros dos seres humanos. Exatamente por isso o Judiciário é um órgão colegiado, para que uns corrijam os equívocos dos outros", disse Moraes, que é relator do caso da trama golpista no STF.

Decisões recentes de Moraes contra Bolsonaro,

como a proibição do uso de redes sociais, foram consideradas ambíguas no meio jurídico, e a ordem de prisão domiciliar do ex-presidente enfrentou resistência de uma ala do STF, sob o argumento de que a situação tumultuava o cenário político em momento inadequado.

Nesta segunda, a fala do ministro tocou em pontos pelos quais bolsonaristas o criticam, como as decisões colegiadas Moraes é atacado pelo grupo por suas ordens monocráticas. Na frente do TCE, antes do início do evento, havia seis pessoas com camisas em verde e amarelo, portando bandeiras do Brasil, protestando contra o ministro, que sofreu sanções do governo Donald Trump após pressão do bolsonarismo. Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Mecano Pack Embalagens S.A.

CNPJ nº 53.400.248/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.090	3.946	6.942	4.194	Empréstimos e financiamentos	3.115	3.611
Contas a receber	14.799	17.628	15.223	18.141	Fornecedores	10.536	8.853
Estoques	12.868	11.284	13.127	11.531	Obrigações trabalhistas	2.391	1.888
Tributos a recuperar	1.180	1.578	1.282	1.645	Obrigações tributárias	7.525	6.854
Créditos diversos	1.522	1.883	1.754	2.197	Adiantamento de clientes	274	200
Total do ativo circulante	36.459	36.319	38.328	37.708	Arrendamento operacional	2.899	2.609
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Tributos a recuperar	17	181	17	181	Partes relacionadas	994	249
Partes relacionadas	2.078	1.842	2.168	1.914	Contas a pagar	1.946	964
IRPJ e CSLL diferidos	926	828	971	899	Total do passivo circulante	29.680	25.228
Depósitos judiciais	1.094	806	1.104	817	Empréstimos e financiamentos	2.839	4.921
Investimentos	3.283	1.521	-	-	Obrigações tributárias	3.249	3.308
Direito de uso de Bens	4.577	2.921	4.577	2.921	Adiantamento de clientes	-	-
Imobilizado	9.251	10.623	10.864	10.836	Arrendamento operacional	2.028	452
Intangível	622	655	642	676	Provisão para contingências	976	1.979
Total do ativo não circulante	21.848	19.377	20.343	18.244	Total do passivo não circulante	9.092	10.660
Total do ativo	58.307	55.696	58.671	55.952	Patrimônio líquido		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício				Reservas de Lucros			
5.354 7.988 5.354 7.988				Capital social	7.290	7.290	7.290
Resultado abrangente do exercício				Reserva de capital	286	286	286
5.354 7.988 5.354 7.988				Reserva legal	1.458	1.371	1.458
				Reserva de lucros	10.501	10.861	10.501
				Total do patrimônio líquido	19.535	19.808	19.535
				Total do passivo e patrimônio líquido	58.307	55.696	58.671
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida				Despesas financeiras			
104.310 99.222 109.582 104.376				(2.852) (2.636) (2.876) (2.663)			
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados				Receitas financeiras			
(63.520) (62.208) (66.196) (64.783)				563 761 665 541			
Lucro bruto				Resultado financeiro			
40.790 37.014 43.386 39.593				(2.289) (1.875) (2.211) (2.122)			
Receitas / (Despesas) operacionais:				Lucro antes do IRPJ e da CSLL			
Desp. administrativas, comerciais, tributárias e gerais (30.748) (24.423) (32.771) (26.149)				7.155 11.079 7.316 11.190			
Resultado de equivalência patrimonial 470 401 - -				(1.899) (2.557) (2.034) (2.692)			
Outras receitas e despesas operacionais (1.068) (38) (1.088) (132)				98 (534) 72 (510)			
Lucro antes das despesas e receitas financeiras				Lucro líquido do exercício			
9.444 12.954 9.527 13.312				5.354 7.988 5.354 7.988			
				Lucro líquido por ação - R\$			
				2,98 4,45 2,98 4,45			
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31/12/2022				Saldo em 31/12/2023			
7.290 286 972 3.816				7.290 286 1.372 10.860			
Lucro líquido do exercício				Lucro líquido do exercício			
-				-			
Outros ajustes				Outros ajustes			
-				-			
Constituição de reservas				Constituição de reservas			
-				-			
Distribuição de lucros				Distribuição de lucros			
-				-			
Saldo em 31/12/2023				Saldo em 31/12/2024			
7.290 286 1.372 10.860				7.290 286 1.458 10.501			
Lucro líquido do exercício				Lucro líquido do exercício			
-				-			
Constituição de reservas				Constituição de reservas			
-				-			
Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio				Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio			
-				-			
Saldo em 31/12/2024				Saldo em 31/12/2024			
7.290 286 1.458 10.501				7.290 286 1.458 10.501			

As demonstrações Financeiras com suas respectivas notas explicativas e Relatório do Auditor, estão à disposição na sede da Companhia.

Contador: Edison Massaki Otake - CRC nº1SP208.237/0-7

Taxas recuam em toda a curva, com exterior e melhor ambiente inflacionário

A segunda parte do pregão desta segunda-feira, 11, foi marcada por fechamento generalizado da curva a termo, com intensificação da queda das taxas, que atingiram mínimas intradia em quase todos os vértices. O movimento seguiu de perto o recuo dos rendimentos dos Treasuries, que reagiram a notícias de que três dirigentes do Federal Reserve (Fed) são considerados para substituir o presidente atual da instituição, Jerome Powell. Dois deles - Michelle Bowman e Philip Jefferson - têm postura mais inclinada a cortes de juros.

No âmbito doméstico, a continuidade da melhora das expectativas de inflação do mercado - uma condição fundamental destacada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) para iniciar ciclo de flexibilização monetária por aqui - deu alguma contribuição em

uma sessão esvaziada na divulgação de indicadores. Mas a mensagem do comitê de que a Selic ainda ficará parada em 15% por longo período impede variação maior dos vencimentos mais curtos. Já nos juros longos, a influência de baixa hoje veio da queda firme dos juros dos títulos americanos, com os novos nomes ventilados para substituir Powell no comando do Fed.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 oscilou de 14,908% no ajuste de sexta-feira para mínima no dia de 14,900%. O DI de janeiro de 2027 passou de 14,12% no ajuste anterior para 14,070%, também menor patamar no dia. O DI de janeiro de 2028 marcou 13,31%, de 13,391% no ajuste antecedente. O DI de janeiro de 2029 cedeu de 13,28% no ajuste a 13,19%.

IstoÉDinheiro

Número de investidores em renda fixa sobe 20% e em renda variável, 5%, no 2º tri, diz B3



O número de investidores em renda fixa aumentou 20% entre o segundo trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025, para 100,2 milhões de CPFs registrados nesta categoria. Segundo o boletim trimestral de Pessoa Física da B3, o valor em custódia nessa modalidade atingiu R\$ 2,8 trilhões, avanço de 23% em relação ao ano anterior. Este aumento tem sido impulsionado pela popularidade crescente de produtos como CDBs e RDBs, responsáveis por 99,1 milhões de investidores.

Já os investidores que possuem produtos de captação bancária, com-

posto por LCIs, LCAs e LCs, somam 4 milhões. A renda fixa corporativa, composta por CRAs, CRIs, debêntures, notas comerciais e Letras Hipotecárias, possui 888,4 mil investidores. Os COEs, 630 mil CPFs registrados.

Na renda variável, o número de investidores cresceu para 5,4 milhões em 2025, alta de 5% no segundo trimestre de 2025 ante mesmo período de 2024. O valor em custódia nesta categoria aumentou 7%, para R\$ 588,3 bilhões.

Na divisão interna dos ativos, 4 milhões de investidores participam do mercado de ações à vista, enquanto os FIIs contam com 2,8 milhões de parti-

cipantes. Em BDRs, são 1 milhão; em Fiagros, 548,7 mil; e em ETFs, 638,3 mil.

O Tesouro Direto alcançou 3 milhões de investidores no segundo trimestre de 2025, alta de 14% em comparação ao ano anterior.

O valor em custódia subiu para R\$ 169,9 bilhões, avanço de 24%, com os títulos Tesouro IPCA e Tesouro Selic concentrando mais de 70% do saldo. A região Sudeste lidera em número de investidores, abrigando 1,8 milhão deles, mas o crescimento mais expressivo nos últimos cinco anos foi observado nas regiões Nordeste e Norte, com aumentos de 97% e 94%, respectivamente. IstoÉDinheiro

PUBLICIDADE LEGAL

Marambaia Holding S.A.

CNPJ/MF nº 33.509.164/0001-06

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)							
Ativos	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Distribuição de dividendos adicionais	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
	2024	2023	2024	2023							
Caixa e equivalentes de Caixa	1.119	1.465	752.958	582.067	2.587.979	18.253	-	255.060	6.732	-	2.868.024
Depósitos vinculados	-	-	24.514	18.988	-	-	-	(96.418)	-	-	(96.418)
Contas a receber	-	-	74.723	83.987	-	-	-	-	-	293.485	293.485
Tributos a recuperar	27	12	8.832	4.025	-	-	-	-	-	-	-
Ativos de contrato da concessão	-	-	609.451	575.941	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	44.097	89.354	-	-	-	-	-	-	-	(14.674)	-
Sobressalentes	-	-	22.564	-	-	-	-	-	-	(14.517)	-
Outros ativos	2.392	3.505	25.491	30.777	-	-	198.220	-	-	(66.074)	(66.074)
Total do ativo circulante	47.635	94.336	1.518.533	1.295.785	2.587.979	32.927	198.220	158.642	21.249	-	2.999.017
Contas a receber	-	-	1.183	726	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados	-	-	42.161	47.084	-	-	-	-	-	187.016	187.016
Conta Escrow	-	-	162.638	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	1.452	1.530	-	9.351	-	-	-	(9.351)	-
Tributos a recuperar	-	-	23.083	23.896	-	-	-	-	9.813	(9.813)	-
Ativos de contrato da concessão	-	-	5.714.280	5.821.715	-	-	-	-	-	(41.963)	(41.963)
Investimentos	2.902.086	3.056.758	-	-	-	-	-	-	-	(125.889)	-
Imobilizado	-	-	6.927	6.470	-	-	-	-	-	-	-
Intangíveis	-	-	2.295	2.456	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	2.902.086	3.056.758	5.954.019	5.903.877	2.587.979	42.278	125.889	34.548	31.062	-	2.821.756
Total do ativo	2.949.721	3.151.094	7.472.552	7.199.662							
Passivos											
Fornecedores	-	6	41.163	27.846	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	208.193	198.440	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	5	-	7.789	13.303	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	41.963	66.074	41.025	64.759	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	3.318	6.411	-	-	-	-	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	10.963	9.526	-	-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	14.101	11.477	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	12.299	8.916	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	41.968	66.080	338.851	340.678							
Fornecedores	-	-	21.381	39.849	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	2.141.037	1.886.573	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	116.202	121.251	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	85.997	85.997	913.045	837.809	-	-	-	-	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	549.850	557.108	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	5.166	5.572	-	-	-	-	-	-	-
Parcela de ajuste	-	-	565.264	411.805	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	85.997	85.997	4.311.945	3.859.967							
Patrimônio Líquido											
Capital social	2.587.979	2.587.979	2.587.979	2.587.979	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	31.062	21.249	31.062	21.249	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	42.278	32.927	42.278	32.927	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucro	160.437	356.862	160.437	356.862	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	2.821.756	2.999.017	2.821.756	2.999.017							
Total do passivo e patrimônio líquido	2.949.721	3.151.094	7.472.552	7.199.662							

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional – Marambaia Holding S.A. (“Marambaia” ou “Companhia”) é uma holding de instituições não financeiras constituída em 02 de maio de 2019 com sede em São Paulo-SP. A Companhia, anteriormente conhecida como Leovac Participações S.A., teve sua denominação social alterada para Marambaia Holding S.A. em 15 de abril de 2024, sem mudança em seu objeto social. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e não possui títulos de sua emissão de quaisquer naturezas negociados em mercado organizado de capitais. A Companhia é sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers’ Pension Plan Board. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e ou acionista, que desempenham atividade de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades correlatas. A Companhia possui o controle da Evoltz Participações (“Evoltz”). A Evoltz é uma Companhia

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido exercício	187.016	293.485	187.016	293.485
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total outros resultados abrangentes	187.016	293.485	187.016	293.485

privada constituída e sediada no Brasil, cujo objeto social é o investimento e participação em outras em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas. Abaixo as Companhias de transmissão de energia controladas pela Evoltz e respectivos percentuais participação:

Empresa	Percentual de participação (%)	Receita Anual Ciclo 23-24 (milhões de Reais)	Receita Anual Ciclo 24-25 (milhões de Reais)	Comprimento (KM)	Trecho linha de Transmissão	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
EVZ IV	100%	29,1	30,3	35 Km	Bateias (PR) – Curitiba (PR)	21/06/2007	03/09/2010	20/06/2037
				52 Km	Canoinhas (SC) – São Mateus do Sul (PR)		05/09/2011	
EVZ V	100%	24,7	22,0	104 Km	Londrina (PR) – Maringá (PR)	09/10/2007	21/11/2009	20/06/2037
				43 Km	Itararé (SP) – Jaguariaiva		30/11/2010	
EVZ VI	100%	33,6	24,6	69 Km	Campos Novos (SC) – Videira (SC)	11/06/2007	05/07/2009	20/06/2037
				65 Km	Dona Francisca (RS) – Santa Maria (RS)		11/08/2011	
EVZ VII	100%	18,7	14,4	116 Km	Cascavel do Oeste (PR) – Foz do Iguaçu Norte (PR)	09/10/2007	18/09/2009	08/10/2037
EVZ VIII	100%	10,3	10,7	108 Km	Itaiciunas (PA) – Carajás (PA)	16/06/2011	31/10/2014	15/06/2041
MTE	100%	214,6	226,3	333 Km	Oriximina (PA) – Silves (AM)	17/10/2008	14/03/2014	15/10/2038
				224 Km	Silves (AM) – Lechuga (AM)			
NBTE	51%	365,8	382,0	2.411 Km	Porto Velho (RO) – Araraquara (SP)	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

2. Base da preparação e consolidação – 2.1. Base da Preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes de suas próprias demonstrações financeiras, e somente estas informações, estão sendo apresentadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e por ativos do valor a recuperar. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca dos ativos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração no dia 26 de maio de 2025. **2.2. Base da Consolidação:** As demonstrações financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Evoltz e suas controladas, coletivamente o “Grupo”, juntamente com a porção de resultados das controladas em conjunto pertencentes ao Grupo. a) Subsidiárias: Uma subsidiária é uma entidade controlada pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto a, ou possui direito a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre o investido. Especificamente, o Grupo controla uma subsidiária se, e somente se, o Grupo tiver: ■ Os poderes sobre a subsidiária (isto é, direitos existentes que dão ao Grupo a habilidade de direcionar as atividades relevantes para o negócio do referido investidor); ■ Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrente do envolvimento com o investidor; ■ Capacidade de usar seu poder sobre o investidor para afetar seus retornos. Geralmente,

presume-se que a maioria dos direitos de votação resulta em controle. A fim de apoiar esta suposição, quando o Grupo possui menos da maioria na votação ou direitos similares de um investido, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se possui poder sobre um investido, incluindo: ■ Os arranjos(s) contratual(is) com outros titulares de voto do investido; ■ Direitos oriundos de outros arranjos contratuais; ■ Direitos de voto do Grupo e direitos de voto potenciais. O Grupo reavalia se possui controle de um investido ou não, se fatos ou circunstâncias indicarem que há mudanças a um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém controle sobre a subsidiária e termina quando o Grupo perde controle da subsidiária. Ativos, passivos, lucros e despesas de uma subsidiária adquirida ou liquidada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o Grupo recebe controle até a data que o Grupo deixa de controlar a subsidiária. Lucros e prejuízos e cada componente de OCI são atribuídos aos proprietários do capital próprio do Grupo e ações em participações minoritárias, mesmo se isto resultar nas participações minoritárias terem saldo de déficit. Quando necessário, ajustes serão feitos aos demonstrativos financeiros das subsidiárias para alinhar as políticas de contabilidade com as políticas de contabilidade do Grupo. Todos os ativos e passivos dentro do Grupo, patrimônio, lucros, despesas, e fluxo de caixa referente a transações entre membros do Grupo são completamente eliminados na consolidação. Uma mudança de participação societária para uma subsidiária, sem perda de controle, é contabilizada como operação de patrimônio. Se o Grupo perder controle sobre uma subsidiária, ele deixa de reconhecer os ativos relacionados (incluindo fundo de comércio), passivos, ações em participações minoritárias e outros componentes de patrimônio, enquanto qualquer prejuízo ou ganho resultante é reconhecido como lucro ou

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	187.016	293.485	187.016	293.485
Ajustes de				
Equivalência patrimonial	(206.981)	(316.069)	-	-
Amortização da menos valia	18.145	21.859	(15.516)	(21.920)
Rendimentos dos depósitos vinculados	-	-	(584.103)	(587.465)
Remuneração de ativos de contrato de concessão	-	-	-	-
Impacto RTP	-	-	108.408	-
Juros sobre debêntures	-	-	235.848	258.789
Amortização do custo de transação	-	-	10.233	5.322
Depreciação e amortização	-	-	1.755	999
Obrigações especiais	-	-	(406)	(443)
Baixa de sobressalentes	-	-	(6.341)	(320)
Provisão de parcela variável por indisponibilidade	-	-	(4.983)	(19.635)
Provisão para credores de liquidação duvidosa	-	-	10.182	9.820
Provisões, reversão e atualização de contingências	-	-	10.034	21.917
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	(874)
PIS e COFINS diferidos	-	-	(5.821)	338
Varição no capital circulante				
Contas a receber	-	-	3.608	(1.250)
Outras contas a receber	-	-	-	9.405
Tributos a recuperar	(15)	(10)	(3.994)	573
Ativo de contrato de concessão	-	-	599.937	538.991
Sobressalentes	-	-	(8.834)	(4.118)
Fornecedores	(6)	2	(5.151)	2.910
Tributos a recolher	5	-	(3.887)	(8.149)
Encargos setoriais	-	-	2.624	3.213
Provisões para contingências	-	-	(4.535)	(6.875)
Parcela de ajuste	-	-	153.459	291.985
Outros ativos e passivos	1.113	714	(5.214)	3.222
Caixa líquido de atividades operacionais	(723)	(256)	729.251	887.396
Impostos pagos	-	-	(29.419)	(55.270)
Juros pagos sobre debêntures	-	-	(172.300)	(200.637)
Depósitos judiciais	-	-	78	18.321
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(723)	(256)	527.610	649.810
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Dividendos recebidos	388.387	181.438	-	-
Outras variações de investimentos	378	-	378	-
Aquisição/baixa de ativos imobilizados e intangíveis	-	-	(1.877)	(1.055)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	388.765	181.438	(1.499)	(1.055)
Fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento				
Captação de Empréstimo e Debêntures	-	-	1.000.000	-
Conta Escrow	-	-	(162.638)	-
Custo de transação captação	-	-	(8.109)	-
Dividendos pagos	(388.388)	(181.438)	(388.388)	(181.438)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(801.455)	(213.866)
Depósitos vinculados	-	-	5.370	3.334
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(388.388)	(181.438)	(355.220)	(391.970)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(46)	(256)	170.891	256.785
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.465	1.721	582.067	325.282
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.119	1.465	752.958	582.067
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(346)	(256)	170.891	256.785

prejuízo. Qualquer investimento retido é reconhecido no valor de mercado. A controlada direta do Grupo é a Evoltz Participações S.A. (Evoltz). E, a Marambaia indiretamente, por intermédio da Evoltz, possui participação e controle das sociedades: Evoltz IV São Mateus Transmissora de Energia S.A. (“EVZ IV”), Evoltz V Londrina Transmissora de Energia S.A. (“EVZ V”), Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. (“EVZ VI”), Evoltz VII Foz Iguaçu Transmissora de Energia S.A. (“EVZ VII”), Evoltz VIII Transmissora de Energia S.A. (“EVZ VIII”), Manaus Transmissora de Energia S.A. (“MTE”) e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (“NBTE”). **Moeda funcional e Moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras do Grupo são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Políticas de contábeis relevantes:** O Grupo aplicou as políticas de contabilidade descritas abaixo de forma consistente a todos os anos apresentados nestes demonstrativos financeiros, exceto disposto em contrário.</

PUBLICIDADE LEGAL

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de julho de 2025

Data, Hora e Local: Aos 04/07/2025, às 11h00, na sede da Companhia. **Convocação:** Dispensada, haja vista a presença da totalidade dos Acionistas. **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, Presidente e Camila Nascimento da Silva Torres, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade: (i) Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário; (ii) Aprovar, sem ressalvas, as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial da SFS-BR, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que, lida, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 04/07/2025. **Acionista:** Stellantis Financial Services Europe S.A. (p.p. Jean Pierre Avril) **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora – Presidente da Mesa; Camila Nascimento da Silva Torres – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 256.170/25-3 em 25/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025

Data, Hora e Local: Em 04/07/2025, às 10h00, por videoconferência, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, Presidente e Camila Nascimento da Silva Torres, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade: (i) Plano de Capital do Conglomerado (Budget 2025 + P26 e P27):** O Conselho de Administração aprovou Plano de Capital do Conglomerado (Budget 2025 + P26 e P27), em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. O plano foi elaborado com base no Budget 2025, incluindo os exercícios P26 e P27, além do cenário de stress. **(ii) Modelo de Negócio e Teste SPPJ:** O Conselho de Administração aprovou o Modelo de Negócio e Teste SPPJ, em atendimento à Resolução CMN nº 4966/21 e BCB nº 352/23. A aplicação do teste SPPJ e Modelo de Negócios é um requisito para a classificação e mensuração dos ativos financeiros pertencentes ao portfólio da entidade, inclusive para fins de controle. **(iii) Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial da SFS-BR:** O Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial da SFS-BR, com data-base de 31/12/2024, elaborada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.950/21 e a Resolução BCB nº 168/21. **(iv) Políticas e Relatórios:** RATIFICAR ainda, a aprovação das seguintes Políticas e Relatórios: (i) Política de Capital, emitida em sua 3ª Versão, sob Código COT-00; (ii) Política de Gestão de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, emitida em sua 21ª Versão, sob o Código INT-04; (iii) Avaliação Interna de Risco PLD, emitida em sua 06ª Versão, sob o Código INT-18; (iv) Relatório de Acompanhamento das Ações decorrentes da Avaliação de Efetividade relativo ao exercício de 2024, em cumprimento ao disposto na Circular Bacen nº 3.978/2020. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. São Paulo (SP), 04/07/2025. **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente da Mesa; **Camila Nascimento da Silva Torres** – Secretária da Mesa. **Conselheiros:** Jean Pierre Avril – Conselheiro; Vincent Hervé PY – Conselheiro. **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente do Conselho. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 256.413/25-3 em 25/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

CLGA - Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 49.035.686/0001-45 - NIRE 35.300.505.697

Ata Sumária de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 08 de agosto de 2025

Data, Hora e Local: Em 08/08/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa dos Trabalhos:** Presidente: Bernardo Nebel First; Secretário: Cláudio Kluger. **Deliberações: Em AGO: a) Aprovada** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **b) Aprovada** a destinação dos resultados, com a ratificação da distribuição do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2024 em favor dos acionistas. **c) Aprovada** a reeleição dos seguintes membros para compor a Diretoria, com mandato 03 anos a contar desta data: (i) **Bernardo Nebel First**, brasileiro, engenheiro civil, para exercer o cargo de Diretor; (ii) **Cláudio Kluger**, brasileiro, engenheiro civil, para exercer o cargo de Diretor a quem caberá a representação da Companhia perante a Receita Federal do Brasil, para a prática de todo e qualquer ato sob a jurisdição de tal órgão; (iii) **Renato Kluger**, brasileiro, engenheiro civil, para exercer o cargo de Diretor; e (iv) **Jorge Thomaz Weil**, brasileiro, engenheiro civil, para exercer o cargo de Diretor. **d) Aprovada** que a Diretoria da Companhia não fará jus ao recebimento de remuneração. Os diretores declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **Em AGE: e) Aprovada** a capitalização do saldo da conta "Reserva Legal", no montante de **R\$ 2.337.711,49**, sem a emissão de novas ações, passando o capital social a ser de **R\$ 174.770.872,21**. **f) Aprovada** a redução do capital social da Companhia dos atuais **R\$ 174.770.872,21**, para **R\$ 169.770.872,21**, ou seja, uma redução efetiva de **R\$ 5.000.000,00**. A redução do capital social não demanda o cancelamento de quaisquer ações ordinárias nominativas, uma vez que sem valor nominal. **h) Aprovada** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social: "Capítulo II. Do Capital Social. Art. 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de **R\$ 169.770.872,21**, dividido em **23.830.989** ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. §1º: Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. §2º: A propriedade das ações de emissão da Companhia será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de "Registro de Ações Nominativas." Nada mais.

Triage Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.607.519/0001-07 - NIRE 35.300.356.268

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2025

Local, data e hora: Em 30/07/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia. **Mesa:** Presidente – Sr. Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista; Secretário(a) – Sr. Raphael Baptista Netto. **Deliberações aprovadas (i) Aprovada** a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na forma de Aval (conforme definido abaixo) no âmbito da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da B28 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Emitente"), no montante de até **R\$ 440.000.000,00**, na data de emissão ("Notas Comerciais Escriturais" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alteração ("Resolução CVM 160"), sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta Pública"), nos termos e condições a serem acordados no "Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da B28 Empreendimentos Imobiliários S.A." a ser celebrado entre a Emitente, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), a Partage Empreendimentos e Participações S.A., CNPJ/MF nº 09.607.519/0001-07 ("Partage") e a Companhia ("Termo de Emissão"), se houver, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, os custos, as comissões e as despesas devidos pela Emitente e/ou pela Companhia e pela Partage no âmbito do Termo de Emissão, incluindo a totalidade das eventuais indenizações, custos, despesas, honorários advocatícios, e demais encargos comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais, ou pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais, em decorrência de quaisquer processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e/ou do Termo de Emissão ("Obrigações Garantidas"), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, conforme disposto no Termo de Emissão ("Aval"). Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de até 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis. As Notas Comerciais Escriturais terão o prazo e a data de vencimento definidos no Termo de Emissão. Os acionistas têm plena ciência e concordam que a Companhia somente poderá exigir e/ou demandar da Emitente qualquer valor honrado pela Companhia nos termos do Aval após os titulares das Notas Comerciais Escriturais terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos do Termo de Emissão; (ii) **Dispensada** a realização da reunião de diretoria prevista no artigo 17º, §3º do Estatuto Social e autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima. Nada mais. São Paulo, 30/07/2025. JUCESP nº 270.980/25-8 em 01/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **Ewally Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia") que será realizada **às 9h30min do dia 21 de agosto 2025, em primeira convocação, e às 9h30min do dia 27 de agosto de 2025, em segunda convocação, de modo presencial, na sede da Companhia**, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação do relatório da administração, das contas da administração, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) a ausência de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, dada a ausência de lucro apurado. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a ratificação da aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em razão da não observância, pela Companhia, da antecedência mínima para publicação das demonstrações financeiras, conforme disposto pelo Artigo 133, §3º da Lei das S.A.; (ii) a aceitação da renúncia apresentada pelo Sr. **Samuel John James** ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (iii) (a) a eleição, sujeita à homologação pelo Banco Central do Brasil, do Sr. **Aydes Batista Marques Junior**, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e do Sr. **Bruno Alexandre Cruz**, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia, (b) a ratificação da eleição, sujeita à homologação pelo Banco Central do Brasil, do Sr. **Joamir Parmejani Bisterzo** para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia, e (c) a unificação do prazo de mandato de todos os conselheiros até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada em 2026; e (iv) a aprovação da implementação de um plano de retenção para funcionários da Companhia. São Paulo/SP, 11 de agosto de 2025. **Joamir Parmejani Bisterzo** - Diretor Presidente. (12, 13, 14/08/2025)

Bariloche Participações S.A.

CNPJ nº 39.661.812/0001-13 - NIRE 35300558553

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2025

Data, Horário e Local: Em 20/02/2025, às 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face ao comparecimento da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: **Paulo Leal Lanari Filho**; Secretário: **Bruno Ferreira Vicente de Queiroz**. **Deliberações aprovadas: (i) Aprovado** aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias, no valor de R\$ 30.000.000,00, conforme Boletim de Subscrição, a serem integralizadas em moeda corrente nacional, passando o capital social, que antes era de R\$ 80.000.000,00, para R\$ 110.000.000,00. Diante da alteração acima descrita, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5 - O Capital Social da Companhia é de R\$ 110.000.000,00, dividido em 110.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." (ii) **Aprovada** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 20/02/2025. **Visto do Advogado:** Nicholas Perry, OAB/SP nº: 426.069. JUCESP nº 91.465/25-4 em 12/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Cotação das Moedas



Coroa (Suécia) - 0,565

Dólar (EUA) - 5,4473

Franco (Suíça) - 6,7044

Iene (Japão) - 0,03681

Libra (Inglaterra) - 7,3086

Peso (Argentina) - 0,004111

Peso (Chile) - 0,005626

Peso (México) - 0,2922

Peso (Uruguai) - 0,1365

Yuan (China) - 0,7579

Rublo (Rússia) - 0,06824

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3232

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,4467 / R\$ 5,4473 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,4410 / R\$ 5,4430 *

Turismo - R\$ 5,5397 / R\$ 5,7197

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,13%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,21%

Pontos: 135.623

Volume financeiro: R\$ 17,773 bilhões

Maiores altas: Natura ON (5,86%), Eletrobras ON (1,92%), TIM ON (1,16%)

Maiores baixas: Braskem PNA (-7,76%), Vamos ON (-4,35%), Raizen PN (-4,03%)

S&P 500 (Nova York): -0,25%

Dow Jones (Nova York): -0,45%

Nasdaq (Nova York): -0,3%

CAC 40 (Paris): -0,57%

Dax 30 (Frankfurt): -0,34%

Financial 100 (Londres): 0,37%

Nikkei 225 (Tóquio): 1,85%

Hang Seng (Hong Kong): 0,19%

Shanghai Composite (Xangai): 0,34%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,43%

Merval (Buenos Aires): 0,1%

IPC (México): 0,47%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Junho 2024: 0,21%

Julho 2024: 0,38%

Agosto 2024: -0,02%

Setembro 2024: 0,44%

Outubro 2024: 0,56%

Novembro 2024: 0,39%

Dezembro 2024: 0,52%

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

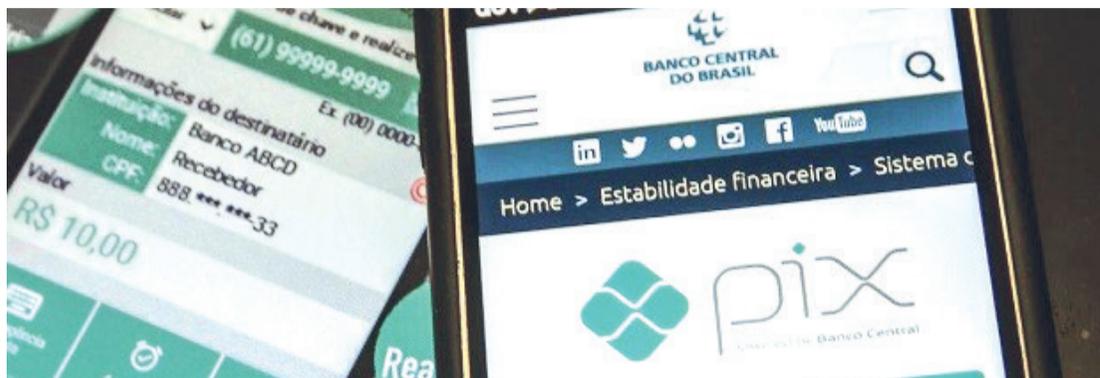
Maio 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%



NEGÓCIOS

Banco Central vai regulamentar Pix parcelado em setembro, diz Galípolo



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse nesta segunda-feira (11) que a autoridade monetária vai regulamentar, ainda em setembro, o uso do Pix para parcelar compras. Esse instrumento já é incorporado no app de algumas instituições financeiras, mas sem uma norma nacional que define os parâmetros de funcionamento.

"Isso vai permitir que as 60 milhões de pessoas que não têm cartão de crédito possam fazer pagamento de valores mais elevados de maneira parcelada com menor tarifa e de maneira mais competitiva", disse Galípolo em evento organizado pela Associação Comercial de São Paulo.

"Será mais uma alternativa; o Banco Central não quer restringir as alterna-

tivas que existem, ele quer oferecer mais alternativas e deixar que o cidadão, o comércio e o varejo escolham aquela que lhe parece mais competitiva e mais interessante", acrescentou.

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Google em julho, 22% dos entrevistados afirmaram já ter usado o Pix parcelado. O principal atrativo citado pelos usuários é sua flexibilidade, por não comprometer o limite do cartão de crédito.

Neste modelo, a instituição financeira onde o Pix está registrado oferece essa possibilidade em troca de pagamentos de juros mensais.

No evento, Galípolo também apontou que a entrega de mais novas funções do Pix tende a aumentar os custos de manutenção do instrumento. "Todas essas

inovações têm uma correlação de mais ou menos de 70% dos recursos necessários para fazer a inovação e manter a inovação. Então, as despesas com tecnologia no orçamento do Banco Central estavam abaixo de 30% antes do Pix e, agora, estão já chegando próximo de 50%", afirmou.

Segundo Galípolo, para que o Pix possa continuar entregando seus serviços à sociedade, é importante que o Banco Central tenha uma estrutura institucional e legal compatível com as revoluções que ele mesmo produziu no sistema financeiro. "É importante dar as ferramentas para que o Banco Central tenha uma atualização do seu arcabouço legal nacional, e estou falando especificamente da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 65." Folhapress

Azul encerra operações em 14 cidades de estados como RJ, CE e SC

A Azul informou nesta segunda-feira (11) que encerrou as operações em 14 cidades brasileiras - número maior do que os 13 municípios divulgados em um relatório a investidores da companhia no começo de agosto.

Segundo a companhia, o encerramento das operações nessas localidades ocorreu entre janeiro e março, pouco antes de a Azul pedir a entrada no processo de Chapter 11 (equivalente à recuperação judicial) em maio.

Cidades como Campos (RJ), Mossoró (RN), Três Lagoas (MS) e Ponta Grossa (PR) não recebem mais voos da empresa. Veja abaixo a lista completa.

Desde julho, a Azul também está ajustando mais de 50 rotas com margem 17 pontos percentuais abaixo da média da companhia. O processo inclui redução da frequência de voos ou até eliminação da rota.

Segundo a companhia, os ajustes levam em consideração uma série de fatores que vão desde o aumento nos custos operacionais da aviação, impactados pela crise global na cadeia de suprimentos e a alta do dólar, até questões de disponibilidade de frota, bem como o seu atual processo de reestruturação.

A Azul afirma que todos os clientes impactados pelas mudanças receberam assistência, conforme prevê a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

A companhia anunciou em 28 de maio deste ano a entrada no Chapter 11 nos Estados Unidos, numa tentativa de reorganizar suas dívidas. Depois de Latam e Gol, a empresa foi a última das principais companhias aéreas brasileiras a aderir ao processo.

A expectativa da Azul é que o processo de recuperação judicial termine no fim deste ano.

Folhapress



Frigoríficos brasileiros negociam com Vietnã para substituir exportações aos EUA



A busca pela abertura de novos mercados para exportação de carne bovina levou uma comitiva formada pelos principais frigoríficos do Brasil até o Vietnã, mercado que acaba de abrir suas portas para a proteína brasileira.

Uma missão oficial brasileira esteve na capital, Hanói, na semana passada, após incursões feitas pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto às autoridades vietnamitas.

Conforme informações obtidas pela reportagem, representantes de 17 frigoríficos e empresas do setor, incluindo gigantes como JBS, Marfrig, Minerva

e Masterboi, participaram das discussões diretas com mais de uma dezena de importadores.

O objetivo, na prática, foi ampliar os canais de diálogo para obter uma resposta mais ágil do governo local aos pedidos brasileiros de habilitação sanitária para os exportadores.

Atualmente, o governo do Vietnã avalia a solicitação de habilitação de 86 frigoríficos para exportação de carne bovina. Duas plantas da JBS foram aprovadas até agora, as unidades de Mozarlândia e Goiânia, ambas localizadas em Goiás.

Carlos Fávaro comentou, na semana passada, a expectativa de abertura do Vietnã à carne bovina brasileira. "O mercado do Vietnã

é um mercado que a gente buscava abrir há mais de 20 anos. Abriu em março. Duas plantas frigoríficas se habilitaram. Imagina se a gente se esforçar agora e habilitar 15, 20, 30 plantas frigoríficas. Amplia os mercados", afirmou.

Além da habilitação de plantas, as empresas brasileiras também sugeriram, durante os encontros, a possibilidade de se negociar um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Vietnã, com o objetivo de buscar a redução de tarifas.

Hoje, países concorrentes do Brasil - como Austrália, Nova Zelândia, União Europeia, Rússia e Canadá - contam com vantagens tarifárias para acessar o mercado vietnamita. Folhapress